

Questão de "timing"

11 MAI 1990

O presidente Fernando Collor acaba de salvar pela segunda vez o plano econômico. A opinião é do ex-ministro Delfim Netto, para quem o senso de **timing** do Presidente mostrou-se de novo absolutamente preciso. A posição assumida pelo Governo na reunião ministerial de terça-feira e reiterada ontem pela ministra Zélia Cardoso de Mello no Senado, constituiu, para Delfim, a resposta adequada a um risco crescente que se vem escondendo sob a expressão, usada de forma algo inadequada, de **excesso de liquidez**.

Lembra Delfim que a liquidez não se mede, lição básica de economia, apenas com o aumento da quantidade de moeda em si, mas também com o crescimento da velocidade de circulação. "Deus é justo: se deu aos governos a capacidade de emitir moeda, deu ao cidadão ao menos o poder de decidir com que velocidade a gastará", explica o ex-ministro. É aí que reside o problema hoje comentado como excesso de liquidez.

A população, raciocina Delfim, vinha desconfiando de que o plano estava em risco porque o Governo não fazia a sua parte. O Brasil é um país de gatos escaladados: pelo menos quatro vezes, num passado não tão remoto, baixaram-se pacotes sem mexer, apesar das promessas em contrário, no componente crucial que é o **deficit** público. Sem anulá-lo, todo mundo sabe, uma causa fundamental da inflação permanece latente, pronta a recomeçar o processo.

O povão pode até não ter, de forma explícita, condições para explicar essa desconfiança, exprimindo-a conceitualmente. Mas os agentes econômicos de peso fazem esse diagnóstico e agem em função dele, em um movimento que se espalha por toda a sociedade. Aí é que estava o verdadeiro problema, que o



Presidente descobriu talvez antes mesmo de sua equipe econômica.

Collor já salvara o plano pela primeira vez quando se dirigiu pessoalmente à televisão, logo após lançá-lo, para fornecer à população as explicações que não lhe vinham de forma clara por outras fontes. Agora, ele soube encontrar a hora certa para reeditar e garantir o compromisso de que o Estado fará a sua parte — e a curto prazo.

A equipe econômica pensava em medidas de natureza monetária para controlar o aumento de liquidez, embora — como ressaltou ontem a ministra, ao admitir a sua elevação de nove para 13 ou 14 por cento do PIB — ainda o considere perfeitamente adequado ao momento. As medidas monetárias podem até vir. Mas o essencial, para Delfim, não estava aí, e sim no receio de que o Estado não fizesse sua parte.

Zélia explicou ao Senado que a redução do estoque de cruzados novos pelas vias admitidas, sem se transformarem em cruzeiros, não constitui ameaça. Ela afirmou, com base em acompanhamento diário, que não houve conversões excessivas por meio de fraudes, ainda que alguns casos tenham sido detectados. Na realidade, certas brechas são hoje conhecidas. Uma delas, aponta o próprio Delfim, foi transformar estados e municípios, na prática, em órgãos emissores — e emissores de cruzeiros — ao lhes permitir a livre conversão.

Embora não se tenham provas conhecidas de casos de tal gênero — o que aliás a ministra cobrou ontem no Senado — é possível afirmar que não foi por esse caminho que se geraram as mais preocupantes pressões sobre a liquidez. Essa, frisa Delfim, não era a questão essencial, mas sim a velocidade de circulação de moeda, fruto da desconfiança. As metas de afastamento de funcionários, extremamente elevadas, podem até não se cumprir na medida fixada. Entretanto, deverão assegurar o corte necessário no **deficit** e garantir o aumento na confiança de que, desta vez, o Governo fará sua parte.